

**Despacho n.º 30449/2008**

Por despacho do presidente da Comissão Instaladora do Agrupamento Vertical Dr. Francisco Cabrita, código 145385, no uso das competências delegadas no n.º 1.1 do Despacho n.º 23 106/2006, de 13 de Novembro de 2006, do Director Regional de Educação do Algarve, são homologadas as transferências referentes ao ano lectivo de 2007-2008 dos docentes do Pré-Escolar, 1.º Ciclo, 2.º e 3.º Ciclos, abaixo indicados:

Grupo	Nome	Escola / QZP anterior	Escola / QZP Actual	Código
100	Ana Isabel Rita Santos .....	QZP-02	QZP-08.....	20980
100	Ana Paula Couto Almeida .....	QZP-08	Escola EB 1 de Albufeira n.º 2 JI.....	

18 de Novembro de 2008 — A Presidente da Comissão Instaladora, *Maria Clara Saraiva Pinto*.

**Agrupamento Vertical de Escolas Júdice Fialho****Aviso n.º 28167/2008**

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no placard da sala de Professores a lista de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento, reportada a 31 de Agosto de 2008.

Os professores dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso, para reclamação, nos termos do artigo 96.º do citado diploma.

18 de Novembro de 2008. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Maria Elisa Páscoa dos Santos Luís*.

**Agrupamento Vertical de Escolas de Moncarapacho****Despacho n.º 30450/2008**

Nos termos do Ponto 4.1., do artigo 24.º, do Decreto de Lei n.º 200/2007 de 22 de Maio, nomeio para o cargo de Coordenador do Departamento de Matemática e Ciências Experimentais, em comissão de serviço, o docente Mário Domingos Gomez Allen Camacho pelo período de um ano lectivo.

18 de Novembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Juliana Maria Ladeira Feitor*.

**Despacho n.º 30451/2008**

Nos termos do Ponto 4.1., do artigo 24.º, do Decreto de Lei n.º 200/2007 de 22 de Maio, nomeio para o cargo de Coordenador do Departamento de Línguas, em comissão de serviço, a docente Libania Maria dos Reis Alexandrino, pelo período de um ano lectivo.

18 de Novembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Juliana Maria Ladeira Feitor*.

**Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cacela****Louvor n.º 775/2008**

Por se ter aposentado, louvo o assistente administrativo especialista, que desempenhou funções de Chefe de Serviços de Administração Escolar neste Agrupamento de Escolas, desde 2000 até à presente data, pela forma dedicada e competente como desempenhou as suas funções, constituindo um exemplo a seguir na dignificação e qualidade do serviço público.

18 de Novembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Victor Jorge Marreiros Nunes*.

**Inspeção-Geral da Educação****Delegação Regional do Norte****Despacho n.º 30452/2008**

Nos termos das normas constantes dos artigos 35.º a 41.º do CPA aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e do disposto no n.º 2 do despacho n.º 3367/2008 (2.ª Série), publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 32, de 13 de Fevereiro, procedo à subdelegação no Direc-

tor de Serviços de Apoio Técnico-Inspectivo da Delegação Regional do Norte da Inspeção-Geral da Educação, António Preto Torrão, das seguintes competências:

a) Conceder licenças ao pessoal que esteja na minha dependência directa e autorizar o regresso à actividade, com excepção da licença sem vencimento por um ano por motivo de interesse público e da licença de longa duração;

b) Autorizar o abono de vencimento de exercício perdido por motivo de doença ao pessoal que esteja na minha dependência directa;

c) Autorizar as deslocações em serviço no território nacional aos funcionários sob a minha dependência directa, qualquer que seja o meio de transporte a utilizar, com excepção do avião, assim como os correspondentes abonos, despesas com aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e ajudas de custo.

18 de Novembro de 2008. — O Delegado Regional, *Valdemar Castro Almeida*.

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR****Instituto de Meteorologia, I. P.****Aviso n.º 28168/2008**

1 — Faz-se público que, por despacho de 2008.08.22 do Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Meteorologia, I.P., se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso misto, para preenchimento de quatro lugares na categoria de Técnico Superior de 1.ª Classe, da carreira de Técnico Superior, sendo três lugares destinados a funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do ex-INMG, anexo à Portaria n.º 506/88, de 28 de Julho, e um lugar destinado a funcionário não pertencente ao quadro de pessoal do ex-INMG.

2 — Lugares

Os lugares postos a concurso são quatro, tendo sido fixada a quota seguinte, nos termos da alínea c) do artigo 6 e do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei 204/98, de 11 de Julho:

a) 3 Lugares a preencher por funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do ex-INMG;

b) 1 Lugar a preencher por funcionário que não pertença ao quadro de pessoal do ex-INMG.

3 — Prazo de validade

Nos termos do disposto no artigo 110.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o presente concurso é válido até 31 de Dezembro de 2008, data em que caducam todos os concursos pendentes, em virtude da entrada em vigor do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

4 — Legislação aplicável

Decreto-Lei n.º 157/2007, de 27 de Abril;

Portaria n.º 555/2007, de 30 de Abril;

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

5 — Conteúdo funcional

Funções de investigação, estudo, concepção e adaptação de métodos e processos técnico-científicos, de âmbito geral ou especializado, executadas com autonomia e responsabilidade, tendo em vista informar a

decisão superior, requerendo uma especialização e formação básica de nível de licenciatura.

6 — Remunerações, condições e local de trabalho

O vencimento é fixado de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho; as condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública e o local de trabalho situa-se na sede do IM, I. P., sito na Rua C, ao Aeroporto de Lisboa, 1749-077 Lisboa.

7 — Requisitos gerais e especiais de admissão

Poderão candidatar-se ao presente concurso os funcionários que, até ao termo do prazo de entrega das candidaturas, reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:

a) Satisfazam as condições estabelecidas no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Possuam a categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe com pelo menos dois anos na respectiva categoria classificados de Muito Bom ou três anos classificados de Bom;

c) Cumpram os requisitos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e pelo artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

8 — Métodos de selecção

No presente concurso será utilizada a avaliação curricular.

8.1 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8.2 — A classificação final é expressa na escala de 0 a 20 valores. Consideram-se não aprovados os candidatos que obtenham uma classificação final inferior a 9,5 valores.

8.3 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam das actas das reuniões do júri do concurso, que serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

8.4 — Constituem factores de preferência os seguintes:

a) Licenciatura em Engenharia de Sistemas e Computação e curso de Observador ministrado pelo IM;

b) Licenciatura em Direito;

c) Licenciatura em Engenharia Química;

d) Licenciatura em Marketing;

e) Licenciatura em Economia ou Gestão.

9 — Formalização das candidaturas

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, dirigido ao Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Meteorologia, I. P. e entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para o Instituto de Meteorologia, I. P., sito na Rua C, ao Aeroporto de Lisboa, 1749-077 LISBOA, até ao termo do prazo fixado no n.º 1 deste Aviso.

Neste requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação do requerente (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, n.º e data de emissão do Bilhete de Identidade, Serviço de Identificação que o emitiu, estado civil, residência e telefone);

b) Habilitações literárias e profissionais;

c) Categoria, natureza do vínculo e identificação do serviço a que pertence;

d) Identificação do concurso objecto da candidatura;

e) Declaração, sob compromisso de honra, de que reúne os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas enunciadas no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

f) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda apresentar e que sejam relevantes para apreciação do seu mérito.

9.2 — Os requerimentos devem ser acompanhados da seguinte documentação:

a) Curriculum vitae detalhado e devidamente assinado;

b) Documentos comprovativos das habilitações literárias e profissionais;

c) Documentos comprovativos da formação profissional;

d) Declaração emitida pelo serviço ou pelo organismo de origem na qual conste a categoria, natureza do vínculo, antiguidades na categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço, relativa aos anos relevantes para o concurso;

e) Declarações ou documentação comprovativa das circunstâncias referidas na alínea f) do n.º anterior, sem o que não serão as mesmas consideradas.

9.3 — A declaração referida na alínea d) do n.º anterior será officiosamente entregue ao júri pela Divisão de Gestão de Recursos Humanos, relativamente aos candidatos que pertençam ao quadro de pessoal do ex-INMG, ficando estes igualmente dispensados da apresentação dos documentos a que se refere a alínea b), desde que os mesmos se encontrem arquivados no respectivo processo individual.

10 — Afixação das listas e notificação dos candidatos

A relação de candidatos admitidos, a lista de classificação final e a notificação dos candidatos serão publicitadas nos termos conjugados do n.º 2 do artigo 33.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 34.º, bem como nos termos dos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 38.º e dos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 40.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 — Falsas declarações

As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

12 — Garantia de igualdade de tratamento

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

13 — Registo na Bolsa de Emprego Público (BEP)

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril, o presente concurso será devidamente registado na BEP.

14 — Composição do júri

Presidente: Ana Isabel Praxedes Ferreira — Técnica Superior de 1.ª Classe;

1.º Vogal Efectivo: Carlos Francisco do Adro — Técnico Superior de 1.ª Classe, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal Efectivo: Paula Sottomayor Cardia Ferreira — Técnica Superior de Principal;

1.º Vogal Suplente: Carla Martinha Carvalho Rebelo — Técnica Superior de 1.ª Classe;

2.º Vogal Suplente: Margarida Simões da Silva — Assessora do Conselho Directivo.

17 de Novembro de 2008. — O Vogal do Conselho Directivo, *A. Dias Baptista*.

## MINISTÉRIO DA CULTURA

Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, I. P.

**Despacho (extracto) n.º 30453/2008**

**Despacho de delegação de competências**

Ao abrigo dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de Março, durante a minha ausência em serviço entre os dias 10 e 17 de Novembro inclusive, delego as funções que me estão confiadas enquanto Director da Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, IP, no Senhor Subdirector Dr. Pedro Mexia Bigotte Chorão.

Desta delegação, exceptuo a cedência de instalação a terceiros, que terá sempre de ser submetida à minha aprovação.

7 de Novembro de 2008. — O Director, *João Bénard da Costa*.

**Direcção-Geral de Arquivos**

**Aviso n.º 28169/2008**

1 — Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por meu despacho, de 23 de Outubro de 2008, por delegação, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral, com vista ao preenchimento de cinco lugares de técnico superior principal da carreira de técnico superior de arquivo, do quadro de pessoal do ex-Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, aprovado pela Portaria n.º 278/98, de 6 de Maio.

1.1 — A abertura do presente concurso foi precedida de procedimento de selecção de pessoal em situação de mobilidade especial (SME), publicitado sob código de oferta P20085902, nos termos do disposto nos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, não tendo havido candidatos opositores.

1.2 — O presente aviso será inscrito (registado) na Bolsa de Emprego Público (BEP) no prazo de dois dias úteis após a publicação no *Diário da República*, nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril.